

A “NATUREZA” AMAZÔNICA: DOS MITOS EDÊNICOS À RESERVA DE CAPITAL NATURAL

IANE MARIA DA SILVA BATISTA¹

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia é um espaço historicamente (re)construído, acerca do qual, ao longo do tempo, se produziu, e se produz, os mais diversos discursos e representações. Objeto de políticas públicas, de ações – e intervenções – estatais, do mercado e da sociedade civil e tema de estudos e pesquisas no âmbito acadêmico, a região notabiliza-se precisamente pela diversidade de atores sociais, pujança dos recursos naturais e multiplicidade de concepções, sentidos, discursos e práticas que constituem e/ou permeiam este espaço. Este aspecto plural evidencia, então, o caráter polissêmico e a complexidade da Amazônia.

As diretrizes que nortearam as ações do estado e do mercado na e para a região incorporaram pré-conceitos acerca da natureza e da sociedade amazônicas, que sobrevivem, mesmo na atualidade, sobretudo no senso comum. As ideias de “vazio demográfico”, a indolência do caboclo, a exuberância da floresta entre outras, constituem estereótipos construídos historicamente, inspirados inicialmente por crônicas de viajantes e naturalistas que produziram relatos de viagens pela região ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, carregados de elementos do imaginário fantástico coletivo europeu. Como emblemáticos desse constructo lendário, destacam-se a crença na existência do El Dorado e das mulheres guerreiras – Amazonas (GONDIM, 1994). Na procura do El Dorado – país fabuloso e pródigo em tesouros situado em algum ponto do noroeste amazônico – se lançaram portugueses, franceses, holandeses e irlandeses (SOUZA, 2009).

Por seu turno, as lendas, mitos e interdições alimentares existentes na cultura regional, geralmente remetem a elementos que habitam o meio biofísico, como a floresta, as margens e profundezas dos rios e praias, o manguezal etc. Cristina Wolf, em seu estudo sobre as mulheres nos seringais do Acre, relata uma percepção da floresta como “despensa”, posto que fornecedora dos mais diversificados elementos necessários a vida cotidiana (WOLFF, 1999).

¹ Historiadora, Msc. em Planejamento do Desenvolvimento e doutoranda em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará, onde desenvolve o projeto de pesquisa “Homens, rios e manguezais: perspectivas de História Ambiental na Curuçá amazônica (1960-2010)”.

Tal perspectiva foi constatada em campo pela autora deste artigo no município paraense de Curuçá, onde desenvolve atividades de pesquisa. Com efeito, naquele local o mangue é considerado como “supermercado” ou “mina”, onde os recursos estão disponíveis, prontos a ser fruídos.

A “natureza amazônica”, então, por intermédio da floresta, do rio ou do manguezal, é vislumbrada como provedora de “recursos naturais”, os mais distintos, conforme se pode notar, não somente nas falas de pescadores artesanais, agricultores familiares, coletores de caranguejo entre outros grupos cuja reprodução socioeconômica depende de tais “recursos”, como nos discursos oficiais dos agentes estatais e na elaboração de projetos de desenvolvimento para a região.²

Ora, conforme explicitado por Drummond (1991), não existem recursos naturais por si, é a cultura que os determina como tal, ao atribuir-lhes uma utilidade. Sob essa perspectiva, o papel da cultura é fundamental no uso dos recursos, pois estes só se qualificam como tal quando culturalmente identificados e avaliados. As pastagens naturais, por exemplo, um recurso natural crucial a sobrevivência de povos pastoralistas é irrelevante para um grupo social que não dispõe de animais herbívoros.

A história da região amazônica demonstra, portanto, que ao longo do tempo, de acordo com as conveniências de mercado e/ou mão de obra, diversos produtos da fauna e flora regional foram arrolados e apropriados por grupos sociais distintos, constituindo-se, assim, recursos naturais a serviço de interesses vários.

O potencial de recursos naturais da Amazônia, percebido desde a exploração das “drogas do sertão” no período colonial, persiste contemporaneamente, sob o mote de “capital natural”, refletindo-se especialmente na ênfase atribuída à “biodiversidade” amazônica, sua potencial contribuição na mitigação de efeitos deletérios associados à problemática ambiental (aquecimento global) e a sua potencialidade hidroenergética. Nesse contexto, a região é considerada uma alternativa para o mundo pós-petróleo, através da produção de tecnologias

² “Quem tem a Amazônia não deve temer o futuro”. Essa era a epígrafe do I Plano de Desenvolvimento da Amazônia da Nova República (1986-1989), assinada pelo então presidente da república José Sarney. Tal fala é emblemática da concepção governamental da Amazônia como fonte inesgotável de recursos, como aliás fica explícito ao longo do referido Plano.

energéticas alternativas baseadas na biomassa. Verifica-se uma tendência para viabilizar este “capital natural” da região, num processo denominado de *mercantilização da natureza*.³

2 IDEIAS SOBRE A NATUREZA AMAZÔNICA: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS

A considerar os processos de ocupação histórica e as atividades econômicas praticadas e/ou incentivadas na região amazônica – desde a extração das “drogas do sertão”, passando pela exploração da borracha no século XIX e décadas iniciais do XX, a implantação dos grandes projetos mineradores e agropecuários a partir de meados do século XX, até o atual debate em torno da biopirataria, da produção de biocombustíveis, das Unidades de Conservação, dos “serviços ambientais” mantidos pela floresta etc., evidencia-se que os projetos de colonização, “ocupação”,⁴ “integração” e desenvolvimento da Amazônia, em suas diversas fases, se pautaram pela exploração de sua fauna, flora, solo, subsolo, recursos hídricos – isto é, elementos convencionalmente definidos como recursos naturais.

A execução de projetos e a construção de discursos em torno da natureza amazônica evidentemente refletem concepções distintas de natureza. Segundo Carvalho, a definição do “natural” é produto de convenções socialmente estabelecidas, engendradas ao longo do tempo e que diferem de acordo com as características de cada sociedade no tempo e no espaço.

É evidente que a definição ou conceituação do que seja natureza depende da percepção que temos dela e de nós próprios e, portanto, da finalidade que daremos para ela, isto é depende das formas e objetivos de nossa convivência social. [...] Se para um empresário de mineração natureza é fonte de matérias-primas de onde extrai a mercadoria com a qual obterá lucros, para o camponês natureza é meio de sobrevivência, ou, de outro lado, se para o especulador de terras natureza é investimento imobiliário, para os índios é um espaço de vida que não se vende nem se compra (CARVALHO, 2003:13).

Desse modo, não existiria “uma natureza por si mesma”, mas sim diferentes e divergentes concepções de natureza, que variam de acordo com as necessidades, objetivos e conveniências dos seres humanos.

³ A esse respeito ver BECKER, Bertha. *Amazônia – Geopolítica na virada do III milênio*. São Paulo: Garamond, 2006.

⁴ A própria ideia de **ocupação** da Amazônia, subjacente aos projetos estatais implantados na região, incorpora o “mito” do vazio demográfico, desconsiderando a diversidade de grupos sociais que secularmente habitavam a região.

Conforme infere Raymond Williams, as ideias sobre a natureza nada mais são do que projeções das ideias e atividades dos homens. Desse modo, “[...] quando a natureza é separada das atividades humanas, ela deixa mesmo de ser natureza, em qualquer sentido pleno e efetivo” (WILLIAMS, 2011:109). A natureza tem adquirido historicamente, portanto, conotações diversas. Isto é particularmente significativo no contexto da Amazônia, cuja constituição socioeconômica e cultural foi condicionada pela influência do meio natural, principalmente dos rios e da floresta.

Nesse processo a natureza amazônica inspirou a criação de representações diversas, engendrando “mitos” que nortearam os mais variados empreendimentos executados na região, e em certa medida, ainda persistem, influenciando projetos e políticas públicas no *locus* regional.

Desde la llegada de los conquistadores la Amazonía ha sido el objeto de una interpretación mitológica que se ha alimentado del desconocimiento y del miedo, de verdades a medias y de generalizaciones o extrapolaciones falsas. Esos mitos han sido, con demasiada frecuencia, los principales motivadores de las concepciones para la ocupación y desarrollo de la Amazonía. Su influencia negativa en el pensamiento y la acción, especialmente en el campo político, continúa en la actualidad. Uno de los primeros mitos fue el de El Dorado, nacido en épocas de la conquista y que no merece el comentario de este documento. Sin embargo subsisten otros mitos muy influyentes. Entre estos destacan: (I) La homogeneidad de la Amazonía; (ii) El mito del vacío o de la virginidad amazónica; (iii) El mito de la riqueza y, a la par, el mito de la pobreza amazónica (iv) El de la Amazonía "pulmón de la Tierra"; (v) El mito del indígena "freno para el desarrollo"; (v) El mito de la Amazonía como solución o panacea para los problemas nacionales y por último, (vi) El mito de la internacionalización de la Amazonía (TCA/PNUD/BIRD, 1993:15).

Aliás, numa perspectiva institucional, a considerar o trecho do documento supra citado, a existência de tais mitos alimenta visões falseadas e distorcidas da região, sendo necessário, portanto, a sua desmitificação para que se possa compreender melhor a complexa e heterogênea realidade amazônica.

O delineamento da Amazônia como um espaço de representações idealizadas é visível na literatura, desde as percepções dos cronistas viajantes e depois, dos cientistas, notadamente os botânicos, que passaram pela região no período da colonização, passando pelo desenvolvimentismo na primeira metade do século XX, pelo ideário conservacionista e o discurso do desenvolvimento sustentável, que embasaram a criação de Unidades de Conservação na região no último quartel do novecentos, até os discursos contemporâneos

acerca dos serviços ambientais mantidos pela floresta em pé, como por exemplo, a manutenção dos estoques de carbono e a responsabilização atribuída ao Brasil na geração de gases de efeito estufa provocados pelos altos níveis de desmatamento na Amazônia.

2.1 A *invenção* da Amazônia: um olhar através dos cronistas

No contexto amazônico, as observações empíricas acerca da vegetação, hidrografia, relevo, clima, alimentação etc., bem como das consequências da ação humana sobre os ambientes e a potencialidade dos recursos naturais estiveram presentes nos relatos de viajantes, naturalistas e missionários que percorreram a região em diversos momentos do período colonial.⁵

Na obra *A invenção da Amazônia*, Neide Gondim (1994) demonstra, com muita propriedade, como o conceito de Amazônia vai sendo “inventado”, a partir das percepções dos cronistas e depois dos cientistas, notadamente os botânicos sobre a fauna, a flora e a hidrografia amazônicas. Em análise das crônicas da viagem de Orellana, escritas por Carvajal em meados do século XVI e a de Pedro Teixeira, na subida do rio Amazonas, produzidas por Rojas e Acuña, na primeira metade do século XVII, a autora aponta os aspectos edênicos da natureza tropical salientados nas crônicas. Carvajal enfatizava a terra primaveril, rica em caça, pesca e frutos, fértil e rica em minérios, habitados por índios belicosos, mas passíveis de conquista, graças à superioridade bélica dos europeus.

Além disso a terra é tão boa, tão fértil e tão ao natural como a de nossa Espanha [...] é terra temperada, onde se dará muito trigo e se darão todas as árvores frutíferas. Além disso está aparelhada para criar todo o gado, porque há nelas muitas ervas como em nossa Espanha, tais como o orégão e cardos pintados e rajados e outras ervas muito boas [...] e há caça de toda espécie (CARVAJAL, 1941 apud GONDIM, 1994: 84)).

Por seu turno, Rojas, além dos dados técnicos sobre o rio, como largura, profundidade e comprimento, informa uma diversidade lingüística, alimentar e de habitações, evidenciando uma preocupação mercantilista, refletida na sugestão de instalação de fortalezas para a

⁵ A esse respeito ver COELHO, Geraldo Mártires. *O espelho da natureza: poder, escrita e imaginação na revelação do Brasil*. Belém: Paka-Tatu, 2009 e GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

“custódia” material de tão extensas áreas, sobretudo no que tange às possibilidades comerciais e o lucro potencial a ser obtido com a exploração das madeiras de lei (GONDIM, 1994:87).

Acuña, por sua vez, também enleva-se com a “produtividade” da terra, aludindo à diversidade de “animais, aves, plantas medicinais, minérios e homens”, que circundavam o “grande rio”. Este cronista aponta não somente a prodigalidade dos recursos, como também a possibilidade de cultivo de determinados produtos, como cacau, tabaco e cana de açúcar, assentada na disponibilidade de mão de obra abundante. Entremeadas de relatos fantásticos, a leitura exótica da região delineada em tais crônicas, projetava o imaginário dos seus autores, os quais manifestavam assombro diante do colosso “natural” que se apresentava aos seus olhos.

Gonçalves (2008) salienta que, no contexto da expansão colonial mercantilista, a Amazônia inscreveu-se na mentalidade dos colonizadores “como uma região de enorme potencial em recursos naturais que, no entanto, não se apresentava como imediatamente disponível para a exploração mercantil-colonial”. Envolvida num intrincado jogo político internacional de definição de limites das colônias além-mar entre Portugal e Espanha, a Amazônia “serviu assim como um importante trunfo do jogo diplomático entre potências colonizadoras”.

Segundo a perspectiva analítica do autor, incapazes de efetivar por si mesmos a colonização da área, os colonizadores maximizariam o potencial de exploração das terras amazônicas, apresentando a região como uma reserva de recursos, estigma que permeou praticamente a totalidade das ações direcionadas à Amazônia e que ainda permanece e que a manteve como um peso político marginal nos blocos de poder nacional, “uma região periférica de países periféricos”.

De acordo com Carvalho esta visão da região como uma reserva de recursos remete aos relatos do encontro com um continente que era “pura natureza”, transmitidos pelas visões paradisíacas dos cronistas quinhentistas, bem como as impressões registradas pelos viajantes dos séculos seguintes. Tais impressões, segundo a autora, engendraram na América do Sul, em geral, e no Brasil, em particular, uma marca de origem que lhes atribui o papel de lugar natural por excelência, [...] “traço que se reatualiza no imaginário ecológico contemporâneo

sobre estes territórios, vistos como reservatório de biodiversidade do planeta” (CARVALHO, 2003:154).

O ingresso das primeiras expedições científicas no vale amazônico, a partir de Condamine, na primeira metade do século XVIII e posteriormente Wallace e Bates no século XIX, manteve a leitura fantástica sobre a região, reafirmando em alguns aspectos as crônicas produzidas nos séculos precedentes. Em que pese o empenho na catalogação da fauna e flora autóctones e a ênfase atribuída às potencialidades da região em termos de aproveitamento econômico, dada a prodigalidade da natureza, a população nativa é vista pelos botânicos como um entrave, posto que marcada pela indolência.

O viajante sentia-se agraciado pela natureza com a possibilidade de repetir o ato genesíaco de nomear e descobrir seres e plantas e insetos e rios novíssimos. No geral o homem nativo era um estorvo. O olhar etnocêntrico do europeu coincidia com a idealização que se encontrava impressa nos diários de viagem dos que o antecederam, normalmente lidos, frequentemente endossados e citados como fontes fidedignas (GONDIM, 1994:130).

Naquele contexto, e incapazes de apreender o autóctone em sua alteridade, os cientistas suscitavam a necessidade de dominação da população nativa para fomentar o desenvolvimento da região:

Nos trechos por onde passamos, poder-se-ia cultivar cana-de-açúcar, algodão, café e arroz da melhor qualidade e em quaisquer quantidades [...] toda a região é entrecortada por rios e igarapés que podem fornecer água para qualquer fazenda que aí se estabeleça. Mas a *indolente disposição* do povo e a escassez de mão-de-obra entravam o desenvolvimento das potencialidades dessa *excelente terra*, pelo menos até que aí se estabeleçam colônias de *europeus* ou de *norte americanos*. (WALLACE, 1979 apud GONDIM, 1994: 135) (grifos nossos).

Refletindo as concepções do darwinismo social, a crônica de Wallace explicita a ideia de que a população autóctone não teria capacidade para desenvolver a região; apenas um povo biologicamente mais apto – o europeu – seria capaz de fazê-lo.

As crônicas dos primeiros viajantes, no século XVI, e os relatos posteriores, dos botânicos “iluministas” demonstram que o momento inicial de contato foi importante para todo o processo posterior de conquista da região. Conforme visto, alguns documentos já mencionavam a possibilidade de exploração do extrativismo vegetal, articulado com o mercado internacional. Não por acaso, a atividade extrativa tornou-se basilar na economia

local, com a coleta das “drogas do sertão”, desde o início da colonização. Estava lançada, portanto, a ideia de Amazônia como um celeiro de recursos naturais.

2.2 Os recursos naturais e a ocupação do espaço amazônico: padrão rio-várzea-floresta X padrão estrada-terra firme-subsolo

De acordo com os ensinamentos de Drummond, é a utilidade atribuída a um determinado produto que o qualifica como um recurso. Com a descoberta do processo de vulcanização, em 1839, a borracha deixou de ser um produto marginal, se inserindo nos processos técnicos da Revolução Industrial ⁶, constituindo-se como um recurso intensamente explorado com vistas a atender as demandas da indústria automobilística, causando um enorme impacto na Amazônia. A emergência do “ciclo da borracha” não teve somente reflexos econômicos e sociais, propiciou também uma reorganização do território (MACHADO, 1989). É no contexto de exploração deste produto que se definem as fronteiras atuais da região, através de delimitações estabelecidas em tratados assinados a partir do início do século XX, após um período de instabilidade política no século XIX, provocado precisamente pela indefinição das fronteiras.

O processo de distribuição de mercadorias para os seringais refletiu-se no surgimento de novos núcleos e na dinamização de antigos, com origem na colonização portuguesa, que começavam a se articular politicamente para adquirir o *status* de município e as benesses decorrentes desta condição. Então, a economia gomífera, de certa forma, teria proporcionado uma integração espacial da economia da região ⁷, ainda que de modo precário e limitado, com base na “cadeia de aviamento” e no sistema fluvial de transporte que lhe sustentava (MACHADO, 1989).

A forma de ocupação da região e as atividades econômicas desenvolvidas até então, organizadas em torno dos rios, configuraram um modelo de organização do espaço definido por Gonçalves (2008) como **padrão rio-várzea-floresta**. Este padrão vai ser gradativamente modificado a partir da segunda metade do século XX, quando surgem novas formas de uso da

⁶ Por volta de 1930, a Amazônia já exportava sapatos e tecidos emborrachados, que eram exportados principalmente para os Estados. A respeito ver Gonçalves (2008).

⁷ É a partir do advento da exploração da borracha que se começa a fazer referência à **região amazônica**, até então referenciada como vale amazônico ou Grão-Pará, cf. Machado (1989).

“natureza amazônica”, centradas na abertura de estradas e na exploração dos minérios depositados no subsolo.

Portanto, se até aproximadamente a década de 1960, a organização da vida das populações amazônicas esteve vinculada aos rios, a partir daí esse quadro começou a ser alterado

A partir de então, e por decisões tomadas fora da região, os interesses se deslocam para o subsolo, para suas riquezas minerais, por uma decisão política de integrar o espaço amazônico ao resto do país, protagonizado pelos gestores territoriais civis e militares. O regime ditatorial se encarregou de criar as condições para atrair os grandes capitais para essa missão geopolítica. Desenvolve-se, deste modo, um novo fluxo de matéria e energia na região, comandado agora pelos grandes capitais do centro-sul do país e internacionais, sob a tutela do Estado. [...] Assim, a Amazônia vê transformada sua forma de organização socioespacial (GONÇALVES, 2008:79-80).

As mudanças na forma de organização socioespacial refletiam uma efetivação do planejamento regional da Amazônia, efetuado, segundo Berta Becker (2006) entre 1966 e 1985. Nesse contexto, o Estado engendra, nas palavras da autora, um “novo e ordenado ciclo de devassamento amazônico, num projeto geopolítico para a modernização acelerada da sociedade e do território nacionais”.

De acordo com Pádua (2000), a ocupação do território amazônico neste período é vista como válvula de escape para as tensões sociais do Nordeste provocadas pela expulsão dos pequenos agricultores pela modernização agrícola. Então, buscava-se desmobilizar a luta pela reforma agrária naquela região e através da colonização oficial, preencher o “vazio demográfico” da Amazônia. Aventava-se, ainda, a possibilidade da eclosão de movimentos guerrilheiros nas fronteiras panamazônicas. Aliás, o primeiro Plano de Valorização Econômica da Amazônia, pensado para o quinquênio 1955-1959 já havia definido os rumos da estratégia do governo, considerando este binômio: colonização e segurança, assentado nas premissas do desenvolvimentismo.

O interesse pela exploração dos recursos minerais e florestais é aguçado e incentivado pelo Estado. Para tal, se fazia necessário atrair capital, o que demandava investimentos em infraestrutura de comunicações, transporte e energia. Projetam-se e implementam-se, então,

ao longo das décadas seguintes vários planos, projetos, programas⁸ para e na região. Instituições são criadas com o objetivo de fomentar a economia regional, a exemplo da SUDAM⁹, que substituiu a SPVEA¹⁰ e o BASA¹¹.

Com financiamento de instituições multilaterais, o governo oferece amplos subsídios, através de políticas de incentivos fiscais, à instalação de grandes empresas na Amazônia, e promove, ainda, uma campanha em larga escala buscando atrair mão de obra para ocupar o território e atuar nas grandes obras de infraestrutura, principalmente na construção de estradas, como a Transamazônica, Cuiabá-Santarém etc.

A construção de hidrelétricas, a implantação dos grandes projetos pecuários e mineradores e madeireiros, a abertura de estradas, constituem o novo padrão de ocupação regional: o padrão **estrada-terra firme-subsolo** (GONÇALVES, 2008). Se no período da exploração de borracha os migrantes se concentravam ao longo dos rios, agora eles se concentram à margem das estradas¹². Ao lado das cidades planejadas, principalmente *company towns*,¹³ caracterizadas como enclaves posto que completamente dissociadas da realidade do entorno, surgem núcleos de ocupação espontânea, expressão da segmentação entre a força de trabalho qualificada e não qualificada.

Os impactos deste novo padrão de ocupação do território sobre a dinâmica socioambiental da região foram imensos. Inúmeros exemplos poderiam ser citados a este respeito. Toma-se como caso emblemático a construção da hidrelétrica de Tucuruí, obra fundamental para a produção de energia. A formação do lago desestruturou várias comunidades tradicionais, vilas e povoados indígenas, repercutindo na qualidade da água à montante e a jusante, provocando alterações na produção de peixe e provocando a migração

⁸ Entre estes, destacam-se o PIN – Programa de Integração Nacional; PND – Plano Nacional de Desenvolvimento; POLAMAZÔNIA – Programa de Polos Agropecuários e minerais da Amazônia etc.

⁹ Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

¹⁰ Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

¹¹ Banco da Amazônia Sociedade Anônima.

¹² O projeto oficial de colonização e reforma agrária previa o estabelecimento dos colonos ao longo da faixa de 100 Km de cada lado das rodovias federais na Amazônia.

¹³ Exemplarmente Carajás, Vila dos Cabanos, Porto Trombetas etc.

da população autóctone para a sede das cidades próximas. Parte desta população, ainda hoje, luta na esfera judicial para receber do Estado indenizações a que tem direito ¹⁴.

As estratégias territoriais de apropriação física e controle do território caracterizadas pelas redes de circulação rodoviária, de telecomunicações, políticas de subsídios fiscais e indução de fluxos migratórios, no período em questão, compuseram uma malha tecno-política de controle social do território¹⁵, configurando a Amazônia como a grande fronteira de expansão territorial demográfica e econômica nacional. Este panorama começou a refluir a partir da década de 1980, com base em dois processos distintos: o esgotamento do modelo nacional desenvolvimentista, provocado pelas crises do petróleo e a arrancada das taxas de juros no mercado internacional, e o surgimento de um movimento de resistência das populações locais à expropriação da terra, efetuada, sobretudo por madeireiros e pecuaristas, iniciado em 1985 com a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS).

A crise no modelo de financiamento estatal do desenvolvimento e desequilíbrio das contas públicas nacionais, entre outras variáveis, evidenciou uma necessidade de reformulação do papel do Estado. A própria concepção de desenvolvimento, historicamente associado ao crescimento econômico, começa a ser redefinida, incorporando o ideário da sustentabilidade. Gera-se então, conforme a perspectiva analítica de Becker um vetor tecnocológico na dinâmica regional, predominando entre 1985 e 1996. Configura-se, então, na Amazônia uma fronteira socioambiental resultante da coalizão de múltiplos projetos. A emergência da discussão ambiental gerou conflitos de concepções quanto ao desenvolvimento regional entre as perspectivas desenvolvimentista e conservacionista, configurando um processo de politização da natureza (BECKER, 2006). Neste contexto, destaca-se a criação de unidades de conservação, ancoradas no paradigma do desenvolvimento sustentável.

2.3 Unidades de Conservação na Amazônia: uma perspectiva nova de relação com a natureza?

¹⁴ Os diversos grupos atingidos direta ou indiretamente pela construção da Hidrelétrica de Tucuruí, organizaram-se na defesa de seus direitos através do MAB – Movimento dos Atingidos pela Barragem.

¹⁵ A expressão, cunhada por Berta Becker, é baseada conceitualmente na concepção de “produção do espaço”, de Lefebvre, segundo a qual “após a construção do território, fundamento concreto do Estado, este passa a produzir um espaço político, o seu próprio espaço, para exercer o controle social, espaço constituído de normas, leis, hierarquias” (BECKER, 2006, p. 26).

Na Amazônia as políticas estatais e ações privadas de intervenção, especialmente as produzidas sob o mote do desenvolvimentismo e da integração regional a partir da segunda metade do século XX, caracterizaram-se, de forma sistemática pela imposição vertical. A história do planejamento do desenvolvimento na região é marcada pela tônica da falta de articulação com os atores locais e pela desconsideração das especificidades ambientais, culturais e socioeconômicas regionais. A percepção da inadequação de tais políticas para a região e a necessidade de mudanças na concepção de desenvolvimento, aguçaram a percepção da importância da participação da sociedade civil nos processos decisórios que lhes afeta direta e/ou indiretamente.

Este processo engendrou modelos outros de desenvolvimento, em contraposição ao paradigma tradicional, baseado no crescimento econômico e intensificação das atividades produtivas, num padrão de produção e consumo, ancorado na queima de combustíveis fósseis. A percepção dos limites deste modelo, disseminada sobretudo no campo científico, colocou a problemática ambiental no centro das discussões acerca do desenvolvimento, levantando a necessidade de reorientação dos processos produtivos.

A associação entre manejo dos recursos naturais e desenvolvimento econômico levou, conforme Becker (2006), à politização da discussão ambiental. Em consequência, atores novos entram em cena, os quais, segundo Frey (2005) transformam e reestruturam o processo político. As políticas ambientais paulatinamente, vão deixando de ser de responsabilidade exclusiva dos governos e passam a incorporar outros setores como as organizações não governamentais (ONG), os movimentos sociais e associações civis. Por outro lado, segmentos sociais historicamente excluídos e/ou afetados de modo negativo por tais processos como seringueiros, comunidades remanescentes de quilombos, quebradeiras de coco babaçu, indígenas e ribeirinhos afetados pela construção de usinas hidroelétricas entre outros, (re) organizam-se, inserindo-se no debate, potencializando ações e propondo estratégias de revisão do modelo, baseadas em seus modos de vida e em sua relação com a natureza.

À dimensão econômica incorporou-se outras variáveis, inserindo a questão do desenvolvimento numa perspectiva multidimensional. Nessa direção, propõe-se e passa a almejar-se um desenvolvimento “sustentável”, resultado da combinação de crescimento

econômico equitativo, preservação do meio ambiente, conservação dos recursos naturais, aumento da qualidade de vida da população e respeito à diversidade e aos mecanismos endógenos de interação entre seres humanos e natureza (SACHS, 2004). Evidencia-se, desse modo, uma concepção nova de desenvolvimento, considerando dimensões múltiplas, principalmente a socioeconômica, a sociopolítica e a ambiental, superando a ideia reducionista de desenvolvimento como sinônimo de progresso e crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) dos países.

A incorporação destas dimensões ao conceito de desenvolvimento refletiu-se na configuração de um modelo novo de utilização e conservação dos recursos naturais. O mesmo converge para o manejo praticado por grupos humanos, comumente denominados pela literatura de populações tradicionais e/ou povos da floresta. Adota-se aqui a concepção de populações tradicionais como aquelas que acumularam saberes e competências no manejo ambiental, caracterizando um modo de vida adaptativo, com forte inserção no espaço local, e que interagem no seu cotidiano com processos de transformações, numa perspectiva diacrônica, servindo-se de recursos e saberes acumulados culturalmente. Parte-se do conhecimento de que as populações tradicionais da Amazônia, historicamente adaptadas aos recursos naturais, acumulam saberes sobre os ecossistemas, do qual tiram grande parte dos elementos de sua subsistência, seja para alimentação, seja para a confecção de moradia, instrumentos de pesca etc.¹⁶ A sobrevivência e reprodução, modo de ocupação do espaço e manejo dos recursos naturais de tais grupos é determinada, portanto, por especificidades ambientais e socioculturais.

Dessa maneira, a atividade produtiva dessas comunidades não pode ser dissociada do seu contexto socioambiental. Pois a sua percepção da natureza contempla não apenas o espaço físico, mas sobretudo os aspectos culturais. Portanto, tais grupos têm uma percepção peculiar das características do seu meio, seja ele rio, lago ou floresta, que pode contribuir eficazmente para a conservação dos recursos naturais.

¹⁶ Para uma leitura mais detalhada acerca da definição de populações tradicionais ver D'INGAO, M. A., SILVEIRA, I. M. (Org.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994; FURTADO, L. G; MELLO, A. F. de; LEITÃO, W. (Org.). *Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1997.

Nesse contexto, a emergência da organização social dos seringueiros do Acre, liderados por Chico Mendes, na década iniciada em 1980 marca uma fase emblemática dos processos de organização da sociedade civil no contexto amazônico. Diante da necessidade de promover a regularização fundiária dos antigos seringais e o atendimento das demandas dos grupos locais por melhores condições de vida,¹⁷ o movimento social de moradores florestais organizados propôs a criação de unidades de conservação na região, visando garantir direitos de posse e de uso sobre áreas de floresta ocupadas por seguidas gerações de seringueiros.

O inciso I do Art. 2 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) conceitua Unidade de Conservação como

[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Baseado nesta conceituação, o SNUC sistematiza dois tipos de Unidades de Conservação (UC): as de Uso Sustentável, cujos recursos naturais podem ser utilizados pela população residente, com base em plano de manejo, e as de Proteção Integral, cujos recursos naturais devem ser preservados, sendo admitido seu uso apenas indiretamente, através de atividades educacionais, científicas e recreativas ou de lazer.

A modalidade de UC adotada na região, como resultado da luta dos seringueiros pela sua sobrevivência na floresta foi a de Reservas Extrativistas (RESEX). Estas são áreas utilizadas por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, a nível complementar, na agricultura de subsistência e na criação de pequenos animais. Os objetivos básicos de uma RESEX são proteger os meios de vida e a cultura destas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da área. É de domínio público com seu uso concedido às populações extrativistas tradicionais (ALLEGRETTI, 1994). Assim, as RESEXs, aliadas a outras modalidades de proteção da natureza como Terras

¹⁷ Ver ALLEGRETTI, M. Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: ARNT, R. (Org.). *O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994a. p. 17-48; _____. Políticas para o uso dos recursos naturais renováveis. In: SACHS, Ignacy; CLUSENER-GODT, Miguel (Org.). *Extrativismo na Amazônia brasileira: perspectivas sobre o desenvolvimento regional*. Paris: Compêndio MAB 18 UNESCO, 1994b. pp. 14-31.

Indígenas (TI) e Áreas Protegidas (AP) constituíram um modelo endógeno de preservação e uso dos recursos naturais da Amazônia.

Sob essa perspectiva, e de acordo com Castro;Pintón (1997), valoriza-se o local, o território sobre o qual os grupos sociais desenvolvem suas atividades produtivas, utilizando os recursos naturais para sua reprodução socioeconômica e cultural. Então, o reconhecimento das populações tradicionais como detentoras de saberes e de práticas de manejo dos recursos naturais reflete-se em mudanças institucionais. Tal reconhecimento implicou num processo gradual de institucionalização, formulação e implementação de políticas públicas socioambientais, notadamente unidades de conservação de uso sustentável (UCUS), sob a égide da participação das populações usuárias.

Entretanto, apesar dos avanços representados pela criação das Unidades de Conservação no que tange à gestão e ao usufruto dos recursos, os resultados concretos da política ambiental na região ainda são pouco expressivos (MELLO, 2006). Estudos de Simonian (2007), respaldados em extensa e intensa atividade de pesquisa de campo, apontam para um “manejo negativo dos recursos naturais”, em unidades de conservação, resultado tanto do envolvimento do Estado em políticas e ações que validam este manejo, como de ações da própria população tradicional assentada nestas áreas. Neste sentido, segundo a autora, as tendências recentes quanto à sustentabilidade do desenvolvimento socioeconômico na Amazônia caracterizam-se pelo alcance limitado dos programas e projetos voltados para as reservas. Estas limitações dizem respeito, entre outros fatores, à escassez crescente de recursos financeiros, à falta de capacitação técnica e baixo nível de escolaridade no interior das unidades de conservação, bem como a gestão corrupta no seio de órgãos gestores destas unidades. Todos estes fatores, então, estariam a ameaçar a viabilização do desenvolvimento sustentável na região, particularmente nas unidades de conservação.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS: TENDÊNCIAS RECENTES NA ABORDAGEM DA NATUREZA AMAZÔNICA

A análise da trajetória histórica da região demonstra que a natureza amazônica tem sido pensada constantemente a partir dos seus produtos/recursos naturais, não para a sociedade regional, mas para o mercado. Se a literatura colonial engendrou o discurso utilitarista da

natureza exuberante e pródiga, desmentido diversas vezes na prática pelas intempéries da floresta, suas premissas ideológicas se manifestam na atualidade na concepção de Amazônia como reserva natural e uma das últimas fronteiras de capital natural do planeta.¹⁸ No contexto colonial a apropriação dos recursos privilegiava as “drogas do sertão”, ênfase que gradativamente foi sendo substituída ao longo de diversos períodos, pelo látex, juta, pimenta do reino, minérios etc. À medida que determinados produtos vão se projetando como economicamente viáveis no mercado nacional/internacional, a exemplo da soja e do dendê, sua produção é incentivada, mesmo que isto implique, a médio prazo, em prejuízos ao ecossistema em sua totalidade.

No campo simbólico, a natureza amazônica é emblemática no contexto da contemporânea agenda ambiental internacional, fundamentada na biodiversidade e sustentabilidade. A considerar o potencial atribuído aos seus recursos naturais – rios, florestas, subsolo, fauna e flora, a natureza amazônica ocupa um lugar central nesse cenário. A recente expansão do agronegócio,¹⁹ com desdobramentos na produção de biocombustíveis e a criação dos serviços ambientais, a exemplo do mercado de carbono, pressupõem um processo de “mercantilização” da natureza. Este processo refere-se, de acordo com Becker, à atribuição do caráter de mercadoria ao ar, à água e à vida, esta expressa na questão da biodiversidade. Em contraponto à agricultura familiar de subsistência, o agronegócio pressupõe o domínio da natureza, ao instalar um processo artificial de alta produtividade, seja de café ou de soja, norteado pelo princípio orientador do lucro.

O Programa Brasil em Ação, lançado pelo governo federal, em agosto de 1996, na gestão de Fernando Henrique Cardoso, englobando um conjunto de 42 empreendimentos “voltados para a promoção do desenvolvimento sustentável do País e estrategicamente escolhidos pela capacidade de induzir novos investimentos produtivos e reduzir desigualdades

¹⁸ Segundo Berta Becker (2006:35) “três grandes eldorados podem ser reconhecidos contemporaneamente: os fundos oceânicos ainda não regulamentados, a Antártida, partilhada entre as potências, e a Amazônia, único a pertencer, em sua maior parte, a um só Estado nacional”.

¹⁹ O agronegócio pressupõe o conjunto das operações de produção e distribuição de insumos agrícolas, os mecanismos de produção nas unidades agrícolas, o armazenamento, processamento e a distribuição dos produtos agrícolas bem como os itens deles gerados. Cf. CRUVINEL, Paulo E. *Instrumentação agropecuária no agronegócio brasileiro do século XXI*. EMBRAPA, 2004.

regionais e sociais”²⁰, embora com nova roupagem, reproduziu, em suas diretrizes, os parâmetros dos projetos de desenvolvimento das décadas anteriores, com ênfase em obras de infraestrutura, através de investimentos privados. Mais uma vez, fatores como a “competitividade dos mercados” determinam a exploração e o usufruto dos recursos naturais amazônicos, como se pode observar em trecho do Estudo de Impactos Ambientais da Hidrovia Araguaia-Tocantins:

Realmente a competição mundial, a capacidade de produção de nossa agricultura, a fertilidade de nossas terras, que praticamente constituem a *última fronteira agrícola do planeta* e a própria necessidade de produzir cada vez mais, a preços cada vez menores, têm levado tanto os produtores como as instituições governamentais à busca de valores de frete cada vez mais baixos e que possam tornar os produtos cada vez mais competitivos (grifos nossos).²¹

Por outro lado, a descoberta de princípios ativos existentes em produtos da flora amazônica, secularmente utilizados na alimentação das populações autóctones, como o açaí, maracujá, castanha do Pará, andiroba etc., está ampliando a utilização de tais recursos nas indústrias cosméticas e farmacêuticas. Desdobramentos desse processo já se fazem sentir seja no preço dos produtos *in natura*, seja na regularidade de seus ciclos produtivos. Evidencia-se, portanto, que recursos naturais cujo valor até então era intangível, como o ar, a água e a vida, ou seja, que tinham apenas valor de uso, passam a ter valor de troca, sendo submetidos às leis da oferta e da procura. A captura de carbono pela vegetação, institucionalizada pelo Protocolo de Kioto, gerando a comercialização de créditos de carbono, é uma evidência de que um “mercado do ar” está se constituindo.²²

A partir das considerações tecidas por uma vasta literatura no campo historiográfico, compreende-se a natureza como parte da sociedade, sobre a qual esta estabelece suas bases materiais e simbólicas.²³ Desse modo, e a pressupor que as dimensões cognitivas, mentais e

²⁰ Ver site oficial do Programa Brasil em Ação: http://www.abrasil.gov.br/anexos/anexos2/fr_ba.htm.

²¹ EIA-RIMA da Hidrovia Araguaia-Tocantins, Belém: FADESP, 1999, p. 18.

²² Para um melhor entendimento acerca do Protocolo de Kioto ver COTA, Raymundo Garcia *et al.* O mecanismo de desenvolvimento limpo como mitigador do aquecimento global e a participação do Brasil. *Cadernos do NAEA*. Vol. 12, n. 1, jun. 2009.

²³ Sobre as representações, conceitos e ideias sobre a natureza ao longo de diversas temporalidades e espacialidades ver LENOBLE, Robert. *História da idéia de natureza*. Lisboa: Edições 70, 1990; WILLIAMS, Raymond. Ideias sobre a natureza. In: *Cultura e Materialismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2011; SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; THOMAS Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das

culturais do ser humano perpassam pela atribuição de valores e significados à natureza, as representações acerca da natureza amazônica, presentes no campo discursivo, nas políticas públicas, no imaginário regional - através das lendas, das regras de usufruto dos recursos e das funções atribuídas a determinados elementos de sua fauna e flora - adquirem cada vez mais relevo nas discussões historiográficas contemporâneas.

Está em curso um processo crescente de escassez de recursos naturais essenciais, como a água doce, de deterioração das condições climáticas, de extinção de espécies animais e vegetais etc. Todavia, em que pese a magnitude das perdas dos recursos naturais existentes no continente americano, ao longo de sua história, o imaginário da natureza fértil e abundante persiste. É de se indagar, portanto, em que medida, as representações historicamente construídas acerca da natureza condicionaram e condicionam as leituras e interpretações produzidas sobre ela e como isso se reflete, ainda hoje, na formulação de políticas públicas e na elaboração de projetos e na produção acadêmica, pensados e/ou aplicados na região.

Acredita-se que a construção desse processo implica necessariamente considerar uma conjugação de diversos fatores, como os significados historicamente atribuídos aos elementos biofísicos da natureza amazônica – rio, floresta, várzea, manguezal etc. pelos grupos humanos que neles realizam sua reprodução socioeconômica e cultural; as normas consuetudinárias de proteção dos recursos e as concepções de natureza que permeiam as vivências de tais grupos, a investigação das memórias, individuais e coletivas, construídas e reconstruídas acerca da natureza amazônica ao longo do tempo; bem como a avaliação das implicações da regulamentação do uso dos recursos naturais, sobretudo na esfera das unidades de conservação.

Se os viajantes europeus que adentraram a região nos idos coloniais, num terreno estranho e muitas vezes hostil, eram incapazes de estabelecer uma relação de alteridade com a população nativa e não dispunham do instrumental conceitual pertinente para qualificar aquela experiência em suas crônicas, projetando em suas narrativas os conceitos e representações oriundos da vivência europeia, o recente discurso preservacionista encampou categorias discursivas com destaque para a da sustentabilidade do desenvolvimento, que

fomentam novas formas de apropriação da natureza financiadas pelo grande capital, em detrimento da diversidade de experiências secularmente praticadas pelos “povos da floresta” de manejo positivo dos recursos naturais, de modo a garantir a sua reprodução e manutenção.

²⁴ Há que se repensar, portanto, as concepções de “natureza amazônica” cristalizadas no imaginário coletivo, de modo a construir/estabelecer uma nova relação sociedade-natureza na região.

REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, M. Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: ARNT, R. (Org.). *O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994a. p. 17-48.

BECKER, Bertha. *Amazônia – Geopolítica na virada do III milênio*. São Paulo: Garamond, 2006.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Paisagem, historicidade e ambiente: as várias naturezas da natureza. *Confluenze*, Vol. 1, nº 1, 2003, p. 13.

CASTRO, Edna; PINTON, Florence (Org.). *Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: CEJUP, 1997.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 4, (8), 1991, pp. 177-197.

FREY, K. Concepções de desenvolvimento sustentável e as perspectivas da gestão local. In: COELHO, M. C; MATHIS, A. (Org.). *Políticas públicas e desenvolvimento local na Amazônia: uma agenda de debates*. Belém, UFPA/NAEA, 2005.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, amazônias*. São Paulo: Contexto, 2008.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

MACHADO, Lia Osório. *Mitos e realidades da Amazônia brasileira no contexto geopolítico internacional (1540-1912)*. Barcelona, Depto. de geografia humana, 1989 (Tese de Doutorado).

MELLO, A. de M. *Políticas territoriais na Amazônia*. São Paulo: Annablume, 2006.

²⁴ Ver MORAN, Emílio F. *A ecologia humana das populações da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1990.

MELLO, A. F. de. Movimentos sociais na pesca: breve balanço bibliográfico; novos desafios teóricos. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Série Antropologia, Belém, MPEG, v.11, n. 1, p. 19-39, 1995.

PÁDUA, José Augusto. “Biosfera, história e conjuntura na análise da questão amazônica”. *História, Ciências, Saúde*. Vol. VI (suplemento), 2000, pp. 793-811.

SACHS, I. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SIMONIAN L. Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônidas. In: ARAGÓN VACA, L. E. (Org.) *Populações e meio ambiente na pan-Amazônia*. Belém: NAEA/UNESCO, 2007.

SOUZA, Márcio. *História da Amazônia*. Manaus: Editora Valer, 2009.

TCA/PNUD/BIRD. *Amazonia sin mitos*. 1993, p. 15.

WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência*. São Paulo: HUCITEC; EDUSP, 1993, p. 120.

WILLIAMS, Raymond. Ideias sobre a natureza. In: *Cultura e Materialismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2011, p. 109.

WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da Floresta: uma história*. Alto Juruá, Acre. São Paulo: Hucitec. 1999.